

Representantes do esporte aplaudem em Plenário aprovação de incentivos ao setor



Moireia/Moritz

Projeto que torna a CPMF permanente passa na CCJ

Projeto que cria, de forma permanente, tributo semelhante à CPMF foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta de Tasso Jereissati prevê que a cobrança seguirá um cronograma decres-

cente de alíquotas até atingir 0,08%. O relator da proposta, Rodolpho Tourinho, observa que a contribuição é necessária ao custeio da Saúde, da Previdência e das ações de combate à pobreza.

Página 3



J. Freitas

Jereissati (D) cumprimenta o ministro Gilmar Mendes, do STF, na presença de ACM

Parlamento do Mercosul será inaugurado hoje

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abre hoje, às 10h, com a presença do presidente Lula, a sessão inaugural do Parlamento do Mercosul. Entre as principais atribuições desse novo foro estão a discussão e a implementação de acordos regionais. **Página 8**

Governo aceita mudanças na LDO, que vai a votação

O Plenário do Congresso deve votar hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) depois de cinco meses de impasse.

Ontem à noite, a Comissão Mista de Orçamento aumentou a reestimativa de receitas em R\$ 1,58 bilhão.

Página 7

Gerardo Magela

Plenário aprova a Super-Receita

Senadores acolhem também projetos de incentivo ao esporte e ao cinema, além de indicações para o TCU e para a embaixada nos EUA

Depois de desobstruir a pauta, que estava travada por oito medidas provisórias, o Plenário do Senado aprovou ontem a criação da Super-Receita, os projetos que dispõem sobre o incentivo ao esporte e à produção cinematográfica, e também referendou as indicações do deputado Aroldo Cedraz para ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União e de Antônio de Aguiar Patriota

para chefiar a embaixada do Brasil nos Estados Unidos. A Secretaria da Receita Federal do Brasil, mais conhecida como Super-Receita, será o resultado da fusão das funções das secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária. O Plenário acolheu sete das oito medidas provisórias que constavam da pauta, rejeitando apenas a que mudava as regras para a criação de novos portos secos no país. **Páginas 4, 5 e 7**



"Lutei contra os mercenários bárbaros durante quase toda minha vida política"

Impresso Especial
5362005/DI/ISSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Emoção marca despedida de Heloisa do Senado

Ela chorou por quase três horas em Plenário. Falou pouco, interrompida pelos 35 senadores que destacaram sua coragem e determinação. **Página 8**

Audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais debate os problemas financeiros do Incor e de sua administradora, a Fundação Zerbini

Diretores do Incor pedem ajuda para salvar o instituto

Diretores do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo (Incor) pediram, ontem, socorro para salvar a instituição da crise financeira que enfrenta. Eles participaram de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater justamente os problemas financeiros do Incor e da Fundação Zerbini, que administra o instituto.

Segundo o presidente do Conselho Diretor do Incor, Jorge Elias Kalil Filho, a instituição era superavitária até 1997, quando tinha em caixa R\$ 50 milhões. A crise começou, conforme ele, com a implementação da construção do segundo prédio do Incor e a contratação de mais 1.500 funcionários para atender à demanda crescente – medidas que exigiram um empréstimo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O diretor-executivo do Incor, David Everson Uip, destacou os trabalhos desenvolvidos pelo instituto, que, acrescentou ele, “vão muito além do atendimento à população”. Entre os exemplos citados estão a produção científica, a publicação de livros e artigos, as teses de doutorado, os prêmios recebidos e o ensino.

Já o representante da presidência da Comissão Científica e de Ética do Incor, Protásio Lemos Luz, lembrou que o instituto é, atualmente, uma das cinco instituições de pesquisa que mais



Senadores ouvem relato sobre a crise e os trabalhos desenvolvidos pelo Incor

produzem no mundo.

Providências

O presidente do Conselho Diretor do Incor afirmou ainda que uma das primeiras providências adotadas por ele, com o objetivo de combater a crise, desde que assumiu o posto em agosto deste ano, foi colocar em execução uma política de “transparência das contas e de controle absoluto de todos os processos”. Quanto à Fundação Zerbini, Jorge Kalil informou que a política a ser adotada é fazer com que o órgão concentre suas atividades no Incor.

Além de vários senadores, participou também da audiência pública o diretor-presidente da Fundação Zerbini, Ademar Silveira Sabino.

O relator-geral do Orçamento de 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), afirmou que vai alocar mais R\$ 50 milhões do

Orçamento da União para o Incor, além dos R\$ 50 milhões que já foram incluídos na proposta que será votada.

Ao parabenizar Raupp pela garantia, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que a CAS apresentou uma emenda de comissão, assinada por todos os membros, para que o Incor seja beneficiado, em 2007, com R\$ 200 milhões. Ele quer também que o governo assuma a dívida do Incor com o BNDES.

– Temos que tirar esse peso das costas do Incor – ressaltou Romeu Tuma.

O presidente da CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), observou que os recursos solicitados são uma forma de garantir financiamento público para o setor da saúde, já que cerca de 80% dos atendimentos do Incor são feitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Alvaro critica contingenciamento de recursos das agências reguladoras

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem, em Plenário, o projeto de lei orçamentária para 2007 proposto pelo governo federal por prever grande reserva de contingência de recursos para as três principais agências reguladoras do país: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional do Petróleo (ANP). De acordo com o senador, o caso mais grave seria o da ANP, cuja reserva de contingência supera 90% dos R\$ 3,4 bilhões previstos.

– O governo não tem nenhum interesse em estimular a ação das agências reguladoras – disse.

O senador ressaltou que as



Roosevelt Pinheiro

Alvaro Dias: reserva de contingência da ANP supera 90% dos R\$ 3,4 bi previstos

agências são instrumentos fundamentais para oferecer segurança aos investidores, sobretudo estrangeiros, e que o abandono dessas instituições não é bom para o país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Reunião de líderes discute o teto parlamentar

As lideranças partidárias e os membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal se reúnem às 11h para discutir o valor máximo da remuneração parlamentar. Atualmente, o teto salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal é de R\$ 24,6 mil mensais, e a remuneração de deputados e senadores não pode ultrapassar R\$ 12,8 mil.

Construção civil

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública, às 10h. O objetivo é apresentar e debater assuntos referentes à política nacional para o setor da construção civil e suas conseqüências no produto interno bruto (PIB), na geração de empregos e no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em seguida, a comissão examina matérias em pauta.

Sanguessugas

Os parlamentares da CPI dos Sanguessugas têm reunião administrativa às 9h para apresentação e apreciação do relatório final.

Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 10h, às 14h30 e às 18h para votar relatórios setoriais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Tião Viana e Efraim Morais

Proposição de Jereissatti destina recursos ao custeio da Saúde, da Previdência e de ações do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza



ACM (E) diz que Lobão (terceiro à dir.) fez um "trabalho magnífico" à frente do colegiado

Retrato de Edison Lobão vai para galeria de ex-presidentes da CCJ

O senador Edison Lobão (PFL-MA), que presidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no biênio 2003-2004, teve seu retrato colocado na galeria de ex-presidentes, em cerimônia realizada na manhã de ontem. O atual presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ressaltou que a homenagem a Lobão é justa e especial.

– Agradeço ao senador Lobão pelo trabalho magnífico e perfeito que realizou, especialmente na votação da reforma da Previdência, mas também em todas as matérias da comissão. Ele honra a galeria em que agora está – destacou Antonio Carlos.

Lobão agradeceu a homenagem, lembrou grandes nomes que compõem a galeria, como

Petrônio Portella, e disse que sua gestão correspondeu ao que classifica de “um período fecundo pelas contingências”. Ele salientou que também foram aprovadas em sua gestão propostas como a reforma tributária e os estatutos da Criança e do Adolescente, do Idoso e do Torcedor.

– Essa é a mais importante comissão do Congresso. Gostaria de dizer que minha solidariedade a esta comissão é permanente.

No discurso de despedida da presidência da CCJ, no início de 2005, Lobão observou que a comissão assumiu por várias vezes a “vanguarda das transformações reclamadas pela sociedade”, e que obteve reconhecidos resultados em temas que permaneciam paralisados no Congresso.

Magistrado pode ser impedido de recusar promoção por antiguidade

Os magistrados serão impedidos de recusar promoção por antiguidade depois de figurarem pela segunda vez em lista de acesso de seu tribunal. É o que determina proposta de emenda à Constituição aprovada ontem na Comissão de Justiça. A iniciativa visa impedir que o Poder Judiciário continue enfrentado dificuldades para promover, por antiguidade, juízes que se recusam a deixar a comarca ou Vara Federal de que são titulares para ocupar vaga em outra comarca ou estado.

O autor da PEC (37/04), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), destacou que essa atitude provoca transtornos na cadeia de substituição, e lembrou que não é recomendável a permanência do juiz por tão longo tempo em um mesmo lugar. Citou

casos na Bahia, onde o mesmo magistrado fica por mais de 20 anos em uma comarca.

A Constituição permite que o magistrado mais antigo recuse a mudança se essa recusa for acatada pelo voto de dois terços dos membros do tribunal. O relator da proposição, senador Demostenes Torres (PFL-GO), salientou em seu relatório que a garantia de inamovibilidade dos juízes não pode se tornar um privilégio a ser usufruído por razões de ordem privada.

Projeto (PRS 41/04) que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho também foi aprovado pela CCJ. O prêmio seria conferido anualmente a profissional da área que tenha contribuído para o engrandecimento do Jornalismo brasileiro.

Comissão aprova proposta que torna permanente a CPMF

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que cria, de forma permanente, tributo semelhante à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A proposta, de autoria do senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE), institui a contribuição sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

Conforme a proposição (PEC 57/04), a cobrança, que enquanto não for instituída será feita ainda pela CPMF em vigor, seguirá um cronograma decrescente de alíquotas até atingir 0,08%. Emenda proposta pelo relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), altera os prazos para o início da redução da alíquota, que passaria a 0,28% a partir de 1º de janeiro de 2008, até chegar aos 0,08% a partir de 1º de julho de 2010.

– Longe de ser uma contribuição vinculada a ações pontuais, específicas ou transitórias, a CPMF é contribuição necessária para o custeio da Saúde, da Previdência e das diversas ações do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Não há como, dentro da atual realidade orçamentária, cogitar a imediata extinção da



Iniciativa de Jereissatti passará por dois turnos de discussão e votação no Plenário

CPMF – defendeu Tourinho, em seu relatório.

Destinação

A CPMF foi criada em 1996 como contribuição provisória, pelo prazo máximo de dois anos e com alíquota de 0,25%, para financiar ações e serviços de saúde. A Emenda Constitucional 42, de 2003, estendeu o tributo até 31/12/07, com alíquota de 0,38%. Pela proposta de Jereissatti, a CPMF seria reduzida gradativamente a partir de 1º de julho de 2005, até chegar a 0,08% em 1º de janeiro de 2008, com as seguintes destinações: 53% para a Saúde, 26% para a Seguridade Social e 21% para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Na mesma reunião, a CCJ

acolheu emenda de redação da Câmara a projeto do Senado (PLS 337/99) que garante gratuidade dos honorários de perito. A iniciativa torna obrigatória a nomeação judicial desses profissionais, até três vezes por ano, para a elaboração de perícias quando o ônus da prova couber a beneficiários da assistência gratuita. Uma emenda de mérito foi rejeitada pelo relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Outro projeto (PLC 66/06) aprovado pela CCJ visa dar maior celeridade aos processos no Tribunal Superior do Trabalho (TST), eliminando a admissibilidade de embargo ao pleno e deixando o julgamento apenas à Seção de Dissídios Individuais (SDI) – em caso de divergência entre as turmas. A matéria teve como relator José Agripino (PFL-RN).

Os suplentes nas comissões do Senado, de acordo com projeto de resolução (PRS 7/05) também acolhido pela CCJ, poderão votar nas deliberações do colegiado se o autor da projeto for titular da respectiva comissão. O autor da proposta, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), argumenta que a modificação é possível porque o voto do autor da proposição não é computado.

Senado busca saída para pagamento de precatório

A proposta de emenda à Constituição de iniciativa do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que institui regime especial de pagamento dos precatórios foi debatida ontem, em audiência pública, pelos senadores da Comissão de Justiça. Entendem-se por precatório as dívidas cujo pagamento já foi determinado em instância final pelo Judiciário.

A proposta (PEC 12/06) determina os pagamentos de precatórios, por meio de compensação de valores, dos credores cujos débitos inscritos em dívida ativa da respectiva Fazenda Pública não estejam com a execução fiscal embargada nem tenham decisão judicial final para que seja feito esse embargo.

Também prevê que os entes federativos optem por regime especial de pagamento que destine, no mínimo, 3% da despesa primária líquida do ano anterior,

no caso da União, Distrito Federal e estados, e 1,5%, no caso dos municípios, para o pagamento de precatórios. Desses recursos, 70% devem ser destinados para leilões de pagamento à vista de precatórios, privilegiando os que oferecerem deságios maiores; e 30% serão para outros credores, que serão pagos na ordem crescente de valores dos precatórios.

Para Aloizio Mercadante (PT-SP), a proposição “é criativa” e beneficiará, de imediato, aqueles que ganharam na Justiça ações de menor porte, como as de natureza trabalhista, alimentar, benefícios previdenciários, pensões e indenizações, entre outras. Marcelo Crivella (PRB-RJ) concordou com os argumentos do colega.

O relator da matéria, César Borges (PFL-BA), reconheceu que o tema é polêmico, tanto para aqueles que têm crédito a receber, quanto para os estados e prefeituras,

que, notou, não têm dinheiro em caixa para pagar as dívidas. E disse estar aberto ao diálogo para aprimorar a proposta.

Por sua vez, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, observou que a situação é caótica e exige norma constitucional para ser solucionada, como a PEC em debate. O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Rodrigo Tolentino Collaço, admitiu que a proposição representa mais um passo para que o problema dos precatórios venha a ser solucionado.

Participaram ainda da audiência representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Newton Lima Neto, que defendeu a aprovação da matéria, e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), César Ribeiro Ferreira, que fez algumas restrições à iniciativa.

Como foi alterada pelo Senado, proposta do governo que funde as secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária retorna ao exame dos deputados

Senadores aprovam a criação da Super-Receita

O Plenário do Senado aprovou na noite de ontem, depois de desobstruir a pauta, que estava travada por oito medidas provisórias, o projeto de lei que cria a Super-Receita e os que dispõem sobre incentivo ao esporte e à produção cinematográfica. Também foram aprovadas as indicações do deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA) para ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União e de Antônio de Aguiar Patriota para chefiar a embaixada do Brasil nos Estados Unidos.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil, mais conhecida como Super-Receita, será o resultado da fusão das secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária. Como a matéria (PLC 20/06), pro-

veniente da Câmara, foi alterada, deverá novamente ser apreciada pelos deputados. O PLC 118/06, aprovado pela Comissão de Educação e pelo Plenário no mesmo dia, prevê incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Já o PLC 114/06 institui o Fundo Setorial Audiovisual para financiar a produção de filmes, vídeos e outros projetos do setor.

Das oito MPs que bloqueavam a pauta – de n.ºs 318/06 a 325/06 – o Plenário acolheu sete, rejeitando apenas a MP 320, que chegou ao Senado na forma do Projeto de Lei de Conversão 25/06, e mudava as regras para a criação de portos secos no país. Os senadores não a consideraram uma matéria urgente.



Plenário promove maratona de votações e aprova MPs, projetos de lei e indicações de autoridades

Maioria das medidas provisórias abre créditos extraordinários

A Medida Provisória 318/06, aprovada ontem, abre crédito extraordinário de R\$ 858,4 milhões para a Presidência da República e para os ministérios da Educação, Justiça, Defesa e Relações Exteriores. O relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou voto favorável à aprovação da matéria, que vai à promulgação.

A maior parte dos recursos, R\$ 745 milhões, foi alocada para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para custear a merenda escolar e a manutenção de escolas estaduais que estavam ameaçadas de paralisarem suas atividades em virtude da falta de dinheiro.

Acolhida na forma de projeto de lei de conversão (PLV 24/06), a MP 319/06 institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro e altera a lei que dispõe sobre as carreiras de oficial de chancelaria e de assistente de chancelaria. O relator-revisor do PLV, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), apresentou voto favorável à aprovação da matéria, que vai agora à sanção presidencial.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, que é diplomata, elogiou a iniciativa, e sugeriu que, em tempos de globalização, o Ministério das Relações Exteriores funcione como “verdadeiro departamento de promoção comercial”.

O PLV 26/06, que se originou da Medida Provisória 321/06, tratava exclusivamente da forma de financiamento oferecida pelos bancos para a aquisição de casa própria, mas foi alterada para incluir a possibilidade de as empresas inscritas no Programa

de Recuperação Fiscal (Refis) e no Parcelamento Especial (Paes), também conhecido como Refis II) poderem pagar antecipadamente suas dívidas.

Dois medidas provisórias acolhidas ontem pelo Senado dispõem sobre o aporte de recursos para ações internacionais encampadas pelo governo brasileiro. A MP 322/06 abriu crédito extraordinário de R\$ 24,528 milhões em favor dos ministérios das Relações Exteriores e da Defesa para, respectivamente, apoio à iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) e ao resgate de cidadãos brasileiros no Líbano. Já a MP 323/06 autoriza a União a conceder contribuição financeira de até R\$ 13,2 milhões à OMS. Ambas seguem, agora, à promulgação.

Seguirá também à promulgação a MP 324/06, que destina R\$ 1,5 bilhão de crédito extraordinário a diversos ministérios.

Já a MP 325/06 abre crédito extraordinário no valor de R\$ 13 milhões em favor do Ministério da Integração Nacional. O objetivo é atender à população do município de Laranjal do Jari, no Amapá, atingida por incêndio.

Rejeição

Diante da rejeição do PLV 25/06, oriundo da MP 320/06, que dispõe sobre abertura de portos secos, João Alberto Souza (PMDB-MA) decidiu apresentar projeto que deverá ser submetido às comissões de Justiça e de Assuntos Econômicos. Os efeitos da medida provisória deverão ser regulamentados dentro de 60 dias para não atrapalhar as atividades de portos secos no país.

Acolhida a indicação de Aroldo Cedraz para ministro do TCU

O Senado aprovou com 59 votos favoráveis, ontem, em votação secreta, a indicação do deputado federal Aroldo Cedraz (PFL-BA) para a vaga deixada pelo ministro do Tribunal de Contas da União Adilson Motta, que se aposentou.

A indicação de Cedraz foi feita pela Câmara dos Deputados, que o escolheu por meio de votação em Plenário no último dia 6, quando obteve 172 votos, 24 a mais que o candidato do governo, deputado Paulo Delgado (PT-MG). A escolha de Cedraz foi a primeira derrota do governo Luiz Inácio Lula da Silva após a formação da base aliada para o segundo mandato, a chamada coalizão partidária.

Alteração no Estatuto da Terra passa no Plenário

O Senado acolheu ontem o projeto (PLC 46/06) que promove alteração nos institutos jurídicos do arrendamento rural e das parcerias agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativista, previstos no Estatuto da Terra (Lei 4505/64). O projeto vai agora à sanção presidencial.

O relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Osmar Dias (PDT-PR), explicou que o projeto fixa que, no arrendamento rural, o locatário paga um percentual em dinheiro e, na parceria, a negociação é feita com uma quantidade da produção.

Lideranças firmam acordo para evitar mudança na Câmara e veto

Foi aprovado ontem pelo Senado o substitutivo do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) ao projeto (PLC 20/06) que funde a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (SRF) com a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social (SRP) e cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a chamada Super-Receita. Tourinho foi o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) a relatou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os líderes do PFL, do PSDB e do PMDB condicionaram a votação a um compromisso das lideranças do PT e do governo

para que o substitutivo de Tourinho não sofra modificações na Câmara nem vetos do presidente da República, após aprovação no Senado. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que não poderia garantir a votação na Câmara.

Os senadores concordaram que a Super-Receita trará grande contribuição ao fisco, aprimorando a eficiência ao racionalizar o desempenho das funções administrativas e melhorando a capacidade arrecadatória do Estado. Também foi destacada a importância estratégica da Super-Receita para o Brasil, que passará a ser um órgão de arrecadação moderno, ágil e bem estruturado.

Chefes do Executivo poderão tomar empréstimo no fim de mandato

O Plenário aprovou o Projeto de Resolução 54/06 do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) que permite a contratação de operações de crédito, já autorizadas pelo Senado, dentro do prazo de 120 dias anteriores ao final do mandato do chefe do Executivo. A nova medida altera artigos da Resolução do Senado 43/01 que impede que um governante tome empréstimos nos seus últimos quatro meses de mandato, para evitar o desequilíbrio das finanças do ente público e que a conta fique para ser paga pelo seu sucessor.

Luiz Otávio argumenta que, embora esta seja uma regra saudável de responsabilidade fiscal, na prática um processo de operação

de crédito é bastante lento.

Outra alteração incluída no projeto é a prorrogação até 30 de abril de 2007 do prazo para que estados, Distrito Federal e municípios regularizem eventuais débitos e irregularidades existentes em seus órgãos e entidades. O motivo da medida é que a Resolução 43 determina que um órgão ou entidade de um estado não poderá contratar empréstimo se qualquer outro órgão ou entidade do mesmo estado estiver inadimplente com instituição financeira.

▶ **Veja mais decisões do Plenário nas páginas 5 e 7**

Acolhido projeto de incentivo ao audiovisual

O Senado aprovou projeto do Executivo (PLC 114/06) que cria – dentro do Fundo Nacional de Cultura (Lei Rouanet) – o Fundo Setorial Audiovisual para financiar filmes, vídeos e projetos do setor. A proposta vai agora à sanção presidencial.

A proposição permite que empresas de radiodifusão e programadores nacionais de TV por assinatura possam usar parte do Imposto de Renda devido sobre remessas de recursos ao exterior na co-produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente. Outra medida sugerida é a ampliação, até 2016, da vigência do Fundo Nacional de Cinema (Funcine).

Militares poderão acompanhar cônjuges

O Plenário também acatou projeto que altera dispositivos do Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80) para facilitar que profissionais das três Armas possam acompanhar “cônjuges e companheiros” quando transferidos para exercer atividades públicas em outros pontos do território nacional ou no exterior.

Pela proposição de iniciativa do Executivo (PLC 103/06), o militar interessado no benefício terá de contar com mais de dez anos de serviço efetivo se quiser obter o afastamento total. O prazo limite para a licença será de 36 meses, de forma contínua ou fracionada. O projeto vai à sanção.

Inventário e divórcio consensuais por via administrativa

O substitutivo da Câmara ao projeto de César Borges (PFL-BA) que altera o Código Civil e o Código de Processo Civil para admitir a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via extrajudicial (PLS 155/04) foi aprovada pelo Plenário do Senado.

De acordo com o relator Pedro Simon (PMDB-RS), o substitutivo permite a realização por via administrativa de todos os processos de inventário e partilha em que não haja testamento e cujos interessados, civilmente capazes, manifestem consenso e estejam assistidos por advogado.

Com o fim do impasse entre atletas e artistas, projeto de incentivo agora causa preocupação a cientistas



Wellington, Nuzman, Juvêncio, Fernanda Montenegro e Tuma durante reunião da Comissão de Educação que acatou proposta

Plenário aprova a Lei de Incentivo ao Esporte

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto da Câmara que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar atividades de caráter desportivo. A proposta (PLC 118/06) fora acatada horas antes na Comissão de Educação (CE), juntamente com requerimento de urgência para o projeto.

Os senadores acolheram o projeto do deputado Bismarck Maia (PSDB-CE) e as emendas apresentadas pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ideli Salvatti (PT-SC). A proposição agora volta para a Câmara.

A matéria aprovada permite um abatimento de até 4% do Imposto de Renda devido das empresas e 6% das pessoas físicas que fizerem doações a projetos desportivos. Mas, segundo a classe artística, a proposta competiria com a Lei Rouanet (Lei 8.313/91), que destina o mesmo percentual de deduções para investimentos feitos em projetos culturais.

Pela emenda de Cristovam, que ajudou a pôr fim ao impasse entre atletas e artistas, as deduções continuam com os mesmos percentu-

ais, mas a fonte de recursos que beneficia a área esportiva deixa de ser a Lei Rouanet e passa a ser a legislação que prevê incentivos fiscais voltados para programas de alimentação do trabalhador e renovação científica e tecnológica. Com isso, a Lei do Esporte não irá concorrer com a cultura, permitindo que uma empresa possa investir nos dois setores.

Já a emenda de Ideli estabeleceu a obrigatoriedade de decretos anuais que estabelecerão o volume total dos recursos arrecadados e o percentual que caberá para cada uma das modalidades esportivas: educacional, de participação, e de rendimento. O mesmo já ocorre quanto aos incentivos à cultura.

Estiveram presentes à reunião as atrizes Fernanda Montenegro e Beatriz Segall; o ator Ney Latorraca; o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman; a ex-jogadora de basquete Hortência; o atleta paraolímpico Clodoaldo Francisco da Silva e representantes do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Fernanda Montenegro disse

que as manifestações dos artistas “não foram contra o esporte, mas a favor da cultura e dos esportes”. Já Nuzman ressaltou que “esporte é cultura, educação e arte”.

Cientistas

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) questionou os especialistas em nanotecnologia presentes a uma audiência na CE sobre a possibilidade de o esporte passar a competir por incentivos fiscais com a área de ciência e tecnologia.

O coordenador do projeto NanoAventura da Unicamp, Marcelo Knobel, disse estar preocupado com a possibilidade de aprovação da proposta. Para ele, a competição será assimétrica, uma vez que o esporte tem visibilidade na mídia e, a curto prazo, atinge muito mais pessoas que a atividade científica.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) contou ter apresentado projeto de lei destinado a incentivar empresas a investir em tecnologia, oferecendo prioridade nos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Projeto permite pagar bolsa de estudos com serviço social

Também na Comissão de Educação, ontem, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou seu parecer favorável ao projeto que objetiva permitir a amortização do pagamento das bolsas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) mediante prestação de serviço social.

A matéria (PLS 05/04), de autoria de Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), não foi votada por falta de quórum. A CE só volta a se reunir no ano que vem.

A relatora elogiou a iniciativa que, segundo ela, trata-se de um verdadeiro “fiador social” para os estudantes. O projeto determina que 30% das receitas do fundo sejam destinados a estudantes mais carentes que optem por essa modalidade de pagamento.

A prestação de serviço social só poderá quitar 50% do total do empréstimo e, segundo emenda apresentada por Lúcia Vânia, deverá ser praticada pelos estudantes beneficiados após a conclusão do curso superior financiado pelo

Fies. A medida ajudaria ainda a preencher vagas em universidades particulares que continuam ociosas.

Galeria de fotos

A CE realizou ainda uma cerimônia para a colocação do retrato do senador Osmar Dias (PDT-PR) na galeria de ex-presidentes da comissão. Presenciaram o acontecimento vários senadores, o diretor-geral do Senado, Agaciela da Silva Maia, e o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro.

Brasil precisa investir em tecnologia, dizem especialistas

Em audiência pública realizada ontem na Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, vinculada à Comissão de Educação, especialistas em nanotecnologia sugeriram que o Brasil melhore a formação de recursos humanos e invista em nichos tecnológicos para promover o desenvolvimento científico e econômico do país. A nanotecnologia é a ciência multidisciplinar que estuda aplicações tecnológicas em escala atômica e molecular. Um nanômetro equivale a um bilionésimo de metro.

No evento, o Diretor do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron do Centro de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), José Antonio Brum, defendeu a escolha de nichos tecnológicos como melhor estratégia para se conseguir espaço no mercado mundial. Na opinião do especialista, o país não forma doutores com a devida qualidade.

– Os estudantes chegam à universidade sem a qualificação necessária. O país tem que investir nos ensinos médio e fundamental.

Inovação

O coordenador de Nanomagnetismo do Instituto Milênio de Nanotecnologia, José D’Albuquerque Castro, destacou que a nanotecnologia é fonte de inovação.

– Por ser área nova, pode trazer nichos para países em desenvolvimento – destacou Castro.

O vice-coordenador de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCT, Márcio Augusto dos Anjos, ressaltou que atualmente há 10 redes de pesquisa em nanotecnologia em funcionamento, com grupos de pesquisadores em todas as regiões e nas principais universidades brasileiras.

O coordenador do projeto NanoAventura da Unicamp, Marcelo Knobel, explicou como a universidade vem buscando incentivar crianças e jovens a seguirem carreiras na área científica. A iniciativa recebeu elogios do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Já Augusto Botelho (PT-RR) lamentou que o Brasil ainda gere poucas patentes. O parlamentar sugeriu mudanças na elaboração da proposta de Orçamento de forma a garantir recursos livres de contingenciamento para o setor de Ciência e Tecnologia.

Senador diz que, enquanto população de vários estados aguarda realização da obra, recursos para o próximo ano foram reduzidos a R\$ 38,8 milhões

Garibaldi critica corte nos recursos para transposição

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) criticou da tribuna a falta de recursos para a transposição de águas do rio São Francisco. De acordo com o senador, os recursos a serem destinados a esse fim no Orçamento da União para o próximo ano tornam a execução da obra uma promessa “desmerecida e desacreditada”.

A previsão orçamentária inicial era de apenas R\$ 129,8 milhões, que, com o corte de R\$ 91 milhões, ficou reduzida a R\$ 38,8 milhões, assinalou. Ele explicou que, desse total, R\$ 19 milhões serão utilizados para gestão e administração da obra, o que diminui ainda mais o volume de recursos.

O senador fez um apelo ao governo federal para que respeite os nordestinos, que têm um sonho “que há muito alimenta gerações e gerações”. Disse que



Garibaldi pede ao governo que respeite o sonho de gerações de nordestinos

“uma obra redentora” como a transposição não deveria ser contemplada com números “ridículos, deploráveis”.

– As obras de transposição do rio São Francisco estão sofrendo não um retardamento, mas um cancelamento, proporcionado claramente pelo Orçamento da União para 2007 – protestou o

parlamentar.

Garibaldi lembrou que no Orçamento da União deste ano os recursos destinados à transposição foram da ordem de R\$ 46 milhões.

– Enquanto ficamos na expectativa de realização da obra, e sabemos que milhares de nordestinos, no Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, só terão a tranquilidade de terem água boa com a garantia de execução da obra, somos submetidos a manobras como essas, que só fazem desmerecer e desacreditar as promessas de realização desde o governo Fernando Henrique.

O senador anunciou que voltará a tratar desse projeto, que, recordou, já foi motivo de debates acalorados entre parlamentares, favoráveis e contrários, que, na ocasião, acreditaram na seriedade da proposta.

Tourinho: vulnerabilidades do setor elétrico prejudicam o crescimento

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) listou ontem, em Plenário, as vulnerabilidades do sistema elétrico brasileiro, frisando que elas ameaçam qualquer pretensão de crescimento econômico do país em torno de 5%. Ele alertou para a insegurança jurídica e a falta de financiamentos, acrescentando que, antigamente, a única vulnerabilidade era uma possível falta de chuvas. Hoje, disse, esta é a maior causa de preocupação, porque os reservatórios não têm mais a capacidade de suportar

cinco anos sem chuvas.

A segunda maior vulnerabilidade apontada por Tourinho é a total dependência do gás natural boliviano, tanto em relação a preços quanto ao próprio fornecimento. “Influenciado, certamente, pela atitude da Bolívia e pelo exemplo dado pelo governo brasileiro, o Paraguai resolveu alterar o contrato de financiamento de Itaipu sobre os 4.800 MW médios de energia”, salientou.

O senador citou ainda os impedimentos ambientais sem prece-



Tourinho lembra dependência ao gás boliviano e impedimentos ambientais

ditos para a construção de usinas hidrelétricas, o que, assinalou, tem acarretado uma pequena participação desse tipo de energia nos leilões feitos pelo governo federal.

Almeida Lima culpa governo por crise no tráfego aéreo

Almeida Lima (PMDB-SE) voltou a criticar o governo federal pela crise da aviação civil no país. O senador lembrou o acidente ocorrido em 29 de setembro no norte de Mato Grosso, quando dois aviões se chocaram no ar, provocando a morte de 154 pessoas, e afirmou que o governo havia sido previamente alertado para as dificuldades



Almeida Lima afirma que Executivo fora alertado para o problema

que o setor enfrentava.

– Internamente, os problemas eram de conhecimento de todos – notou.

Ele recordou que, antes do

acidente, advertira, em discurso no dia 20 de julho passado, que a situação da aviação civil brasileira representava “risco de vida para passageiros e tripulações”.

Almeida Lima criticou ainda o ministro da Defesa, Waldir Pires, por ter negado que a crise no setor tenha sido provocada, entre outras razões, por contingenciamento de recursos pelo governo. Segundo o Tribunal de Contas da União, o contingenciamento seria uma das causas do chamado “apagão aéreo”, observou o senador.

Jefferson: reajuste às vésperas do recesso seria “vexaminoso”

Jefferson Péres (PDT-AM) considerou como “vexaminosa” a possível elevação dos subsídios dos parlamentares, às vésperas do recesso de fim de ano, conforme foi noticiado pela imprensa. De acordo com a notícia, os vencimentos dos parlamentares seriam equiparados aos de ministro do Supremo Tribunal Federal por atos das Mesas do Senado e da Câmara. Ele pediu que o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o senador José Agripino (RN), candidato do PFL ao cargo na próxima legislatura, se manifestem sobre o assunto.

– Segundo o noticiário, no próximo dia 22, sexta-feira, último



Jefferson diz que, com as Casas vazias, as duas Mesas baixariam ato para aumento

dia antes do recesso, quando Brasília está deserta e as Casas esvaziadas, as duas Mesas baixariam um ato elevando os subsídios dos parlamentares para R\$ 24 mil, equiparando-os aos de ministro do Supremo – disse.

O senador opinou que, na hipótese de reajuste dos subsídios, “isso seja feito em Plenário, com a votação de todos”.

Suassuna pede pressa a Lula na definição de aliança

Depois de destacar a importância do PMDB para a reeleição de Lula, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) advertiu o presidente da República para a necessidade de não perder tempo na composição da aliança com a qual governará no segundo mandato. Ele lembrou que não deixar passar o momento certo para decidir é uma das primeiras virtudes que a população espera de um homem público.

– É preciso explicitar, sem demora, como se realizará a convergência política, para usar uma feliz expressão do próprio



“É preciso explicitar como se realizará a convergência política”, diz Suassuna

chefe de governo, a partir da qual ele governará. Porque a procrastinação costuma cobrar alto preço, chegando até a subtrair de determinadas vitórias a plenitude de seu brilho, tantos os problemas a elas agregados – afirmou Suassuna, ao opinar que, quanto mais expressiva for a aliança, maiores as chances de sucesso do governo.

Roberto Saturnino relata encontro em Cochabamba

Roberto Saturnino (PT-RJ) relatou ontem sua participação como representante brasileiro no encontro de parlamentares sul-americanos que ocorreu no último dia 6 na cidade boliviana de Cochabamba. O encontro antecedeu a reunião de cúpula dos chefes de Estado da América Latina, no dia 8.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Saturnino disse que o encontro foi marcado por debates que duraram o dia inteiro e o tema que mais preocupou os parlamentares dizia respeito à integração da América do Sul.

Outro aspecto que dominou os



Saturnino: parlamentares discutiram projeto de integração da América do Sul

debates foi a necessidade de um processo de institucionalização desse projeto de integração. O senador lembrou que discutiram-se detalhes da criação do Parlamento do Mercosul, avaliado como um importante primeiro passo, mas ainda insuficiente. Além disso, informou, também foi debatida a preservação das águas no continente.

Governo aceita mudanças na LDO e projeto deve ser votado hoje

Depois de cinco meses de impasse, o Plenário do Congresso deve votar hoje, ao meio-dia, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007. O projeto foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) em julho e deveria ter sido votado a seguir, mas uma obstrução do deputado Ricardo Barros (PP-PR) impediu que houvesse desde então reuniões conjuntas dos deputados e senadores.

Barros exigia que o Congresso votasse, antes da LDO, um projeto de sua autoria que torna mais transparente o processo de discussão e votação do Orçamento. Foram cinco meses sem acordo, até que a proposta do deputado foi a votação há duas semanas, abrindo caminho para o projeto da LDO.

Nos últimos dias, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou que impediria a votação da LDO, exigindo que o governo retirasse do projeto a autorização de gastos com investimentos em caso de atraso na votação do projeto de orçamento. Ontem, Virgílio afirmou que obteve sinalização do governo de que essa parte poderá ser excluída do texto. “Sem isso, o PSDB não vai criar problemas”, informou

Virgílio.

O relator do projeto da LDO, senador Romero Jucá (PMDB-RR), vem negociando há dias outras mudanças na proposta orçamentária. Uma delas foi pedida pelos líderes partidários na CMO e obriga no Orçamento 2007 um corte de 0,1% do produto interno bruto nos gastos correntes do governo, comparando-se com o Orçamento de 2006.

Relatório setorial

Ao analisar o projeto do Orçamento 2007, a comissão aprovou à noite um adendo ao relatório do Comitê de Receitas que aumenta em R\$ 1,58 bilhão a reestimativa de arrecadação feita pelo Congresso no final de novembro. Com isso, o Congresso acrescentou à arrecadação prevista pelo Executivo um total de R\$ 10,65 bilhões.

As votações dos dez relatórios setoriais foram encerradas. Hoje, o relator-geral, Valdir Raupp (PMDB-RO), fará reuniões separadas com todas as bancadas estaduais de deputados e senadores para tentar encontrar soluções para reivindicações não atendidas. Muitos governadores estarão presentes. Na segunda-feira, Raupp entregará à comissão seu relatório final.

Indicação de Antônio Aguiar Patriota para embaixador em Washington é aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e pelo Plenário do Senado

Diplomata defende parceria com EUA em biocombustíveis

O Brasil e os Estados Unidos poderão desenvolver uma “parceria estratégica” na área de biocombustíveis, disse ontem o ministro de primeira classe Antônio Aguiar Patriota, cuja indicação para a embaixada brasileira em Washington recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e, à noite, foi aprovada pelo Plenário do Senado.

A criação dessa parceria foi sugerida inicialmente ao governo brasileiro pelo subsecretário de Estado norte-americano, Nicholas Burns, segundo anunciou Patriota. Os Estados Unidos, relatou o embaixador indicado, estão preocupados com sua forte dependência de combustíveis fósseis, provenientes em grande parte do Oriente Médio, e estariam dispostos a cooperar no estabelecimento de um mercado internacional para combustíveis como o etanol.

– Assim como o acordo nuclear entre os Estados Unidos e a Índia, a criação de uma parceria estratégica na área de biocombustíveis pode ser uma opção interessante para nós – afirmou Patriota.

O diplomata declarou também identificar “perspectivas promissoras” para a ampliação do comércio bilateral. Ele recordou que um compromisso nesse sentido foi assumido em novembro de 2005 pelos presidentes Lula e George W. Bush. E reiterou o desejo do governo brasileiro de negociar com Washington um acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e o Mercosul.

Entre os atuais pontos positivos do relacionamento bilateral,



Roberto Saturnino (D) acompanha exposição de Antônio Aguiar Patriota

Patriota destacou a participação brasileira na missão de paz no Haiti – elogiada pelos norte-americanos em encontros de alto nível realizados recentemente – e as iniciativas de Brasília no sentido de retomar a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). A liderança do Brasil no chamado G-20, composto por países em desenvolvimento, estaria sendo identificada pelos EUA, segundo o diplomata, como um “fator de construção de consensos”.

Divergências

No campo das divergências, Antônio Aguiar Patriota apontou a resistência norte-americana a propostas brasileiras no sentido de ampliar o G-8 – grupo composto pelos países mais ricos – e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Também existem diferenças, a seu ver, na questão da Tríplice Fronteira. O governo norte-americano insiste em afirmar que existem financiadores do terrorismo na região entre Brasil, Argentina e Paraguai – informação contestada pelos três governos sul-americanos.

Patriota elogiou proposta feita pelo embaixador norte-americano Clifford Sobel visando estabelecer um fórum de grandes empresários dos dois países. Lembrou ainda que os Estados Unidos – cujas importações alcançam US\$ 1,7 trilhão – contam com um produto interno bruto (PIB) de US\$ 13 trilhões, enquanto o PIB do Japão, segundo país mais rico do mundo, limita-se a US\$ 4,5 trilhões.

– Vamos nos manter na rota do amadurecimento do relacionamento bilateral e da ampliação de nossas relações comerciais – anunciou o diplomata.

Em seu voto favorável à mensagem de indicação do novo embaixador, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observa que a preeminência norte-americana no cenário mundial é levada em conta por todos os outros países na formulação de suas políticas externas.

– Ora a composição com a potência americana é defendida em bases pragmáticas, ora é exercida em nome da independência política – ressaltou Azeredo, em reunião presidida pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ).



Renan Calheiros (E), ao lado de Guilherme Palmeira, ouve Walton Rodrigues

Novos dirigentes do TCU prometem rigor contra desvio de recursos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou, na manhã de ontem, da posse dos ministros Walton Alencar Rodrigues e Guilherme Palmeira, respectivamente, como presidente e vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). Ao lado do vice-presidente da República, José Alencar, e dos presidentes da Câmara, deputado Aldo Rebelo, e do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, Renan integrou a mesa que deu posse aos eleitos que presidirão o tribunal em 2007.

Em seus discursos de posse,

Walton Rodrigues e Guilherme Palmeira expressaram o propósito de manter o TCU como o principal guardião do patrimônio público, no seu papel de julgar as contas de administradores e demais gestores de dinheiros, bens e valores da União. Os ministros prometeram ser implacáveis com os que utilizam recursos públicos em benefício próprio.

Guilherme Palmeira disse que a população clama pela restauração dos princípios éticos. Já Walton Rodrigues afirmou que o TCU manterá seu compromisso de bem servir ao país com zelo.

Projeto define valor do auxílio-invalidadez para militar

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também aprovou ontem parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 113/06, que estabelece em sete cotas e meia de soldo – ou R\$ 1.089, o que for maior – o valor do auxílio-invalidadez devido aos militares das Forças Armadas na inatividade remunerada.

Segundo a proposta, que teve

como relator o senador Marco Maciel (PFL-PE), o auxílio-invalidadez é devido ao militar que necessitar de internação especializada ou cuidados permanentes de enfermagem.

– O projeto representa um passo importante na direção da valorização dos militares das Forças Armadas. Trata-se de permitir que esses profissionais possam se

desincumbir de suas responsabilidades com tranqüilidade, sabendo que estarão protegidos no caso de invalidez – destaca Maciel em seu relatório.

A CRE aprovou ainda parecer favorável à Mensagem 240/06, que indica o atual embaixador na Nigéria, Pedro Luiz Rodrigues, para exercer cumulativamente o cargo junto ao Chade.

Parlamento do Mercosul será inaugurado hoje no Plenário do Senado

Hoje, a partir das 10h, a sessão inaugural do Parlamento do Mercosul ocorre no Plenário do Senado, com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abrirá o evento, que também contará com as presenças do presidente da Câ-

mara, Aldo Rebelo, e do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Entre as principais atividades desse novo foro estão a discussão e a implementação de acordos regionais entre os cinco países-membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul): Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. O

bloco tem uma população conjunta de mais de 220 milhões de pessoas e um produto interno bruto (PIB) total de aproximadamente US\$ 1 trilhão. O Parlamento do Mercosul terá sede permanente em Montevideú (Uruguai). Cada país-membro terá 18 representantes nesse foro: nove senadores e nove deputados.

Dos integrantes do Parlamento do Mercosul, estarão presentes o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente em caráter temporário da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM); o ex-vice-presidente da Argentina Carlos Chacho Álvares, que atualmente é presidente da Comissão de Representantes do

Mercosul; o senador paraguaio Alfonso González Núñez, que assumirá a presidência do Parlamento do Mercosul até a sua primeira sessão ordinária; Saul Ortega, presidente da CPCM na Venezuela; Roberto Conde, presidente da CPCM no Uruguai; e Alfredo Atanasof, presidente da CPCM na Argentina.

Heloísa recebe homenagem de 35 senadores em sua despedida

Senadora se emociona em seu último discurso da tribuna do Senado e diz que, agora, vai ser professora universitária em Alagoas e continuar a luta pelo Brasil de seus sonhos

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) recebeu ontem o apoio e a solidariedade dos colegas em 35 apartes durante seu discurso de despedida do Senado.

Por ter concorrido à eleição para presidente da República e ficado sem mandato eletivo, ela disse que vai voltar para Alagoas, onde pretende lecionar na Universidade Federal do estado.

– Vou trabalhar vinte horas semanais na universidade, e passar as outras horas lutando pelo povo brasileiro, lutando para fazer deste Brasil maravilhoso uma pátria como eu sonho, que compreendo que pode ser soberana, justa, igualitária, fraterna, socialista. Isso eu acho que é uma declaração de amor à Humanidade.

A senadora chorou durante quase três horas diante de apartes elogiosos que lhe fizeram os colegas, a maioria lamentando sua



“O amor pela Humanidade me motivou a enfrentar os adversários”, diz Heloísa

saída do Senado e enaltecendo sua coragem e determinação.

Heloísa criticou “os adversários que trabalham como mercenários bárbaros que vão à guerra cotidiana não por um ideal, não por uma causa, mas para aniquilar, para liquidar, para tomar para si os despojos que uma maldita guerra deixa”, contra os quais, segundo ela, teve que lutar durante quase toda

sua vida política, “enfrentando o ódio e até ameaças de morte”.

– Com essas pessoas eu aprendi a não ser o que elas são. Só são talentosos para fazer o comércio das amizades, dos sentimentos, dos valores morais, das estruturas partidárias, das convicções ideológicas. Eu, às vezes, não acreditava que iria ter forças para enfrentar. Mas o amor pela Humanidade me motivou – assinalou.

Heloísa começou seu discurso agradecendo aos senadores, aos funcionários do seu gabinete e aos demais servidores do Senado pela colaboração e pela convivência. Disse, ainda, que tem a consciência tranquila.

– Nem meus erros, nem os acertos, nada foi movido por ambição, por dinheiro, por vaidade, por cargos, prestígio, poder. Nada! Cem por cento das minhas ações tiveram motivações nobres.

Leonel Pavan faz balanço de seus quatro anos de mandato

Eleito vice-governador de Santa Catarina, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) fez um balanço de suas atividades no Senado agradecendo à população daquele estado pelo apoio ao mandato que exerce até o momento. Ele destacou como principal bandeira de suas atividades legislativas a luta pelo desenvolvimento do turismo e lembrou, a propósito, que conseguiu ver aprovado na Casa seu projeto que criou a Subcomissão de Turismo, da qual chegou a presidente.

Pavan informou ter apresentado durante seus quatro anos de mandato 50 requerimentos, 18 projetos de lei do Senado, três projetos de resolução e uma proposta de

emenda à Constituição, além de ter feito 595 pronunciamentos. O senador recordou ainda ter participado, como membro titular ou suplente, de diversas comissões permanentes da Casa, entre elas a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O parlamentar também lembrou que, em vários discursos, defendeu a duplicação da BR-101 na região Sul, ressaltando sua importância para a economia regional.

– Por sinal, a obra agora está sendo realizada – assinalou.

Referindo-se à bancada do



Pavan irá renunciar ao mandato de senador para ser vice-governador de SC

PSDB, Pavan agradeceu ao líder Arthur Virgílio (AM) e ao presidente do partido, senador Tasso Jereissati (CE), pelo apoio recebido nas atividades nas comissões e nas reivindicações que fez em Plenário.

Leonel Pavan foi homenageado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e por mais 19 senadores.



Renan (E), ao lado de Ellen Gracie, Aldo e Busato, elogia obra com acórdãos do Supremo

Renan ressalta papel do Congresso em lançamento de livro sobre CPIs

Durante o lançamento do livro *O Supremo Tribunal Federal e as Comissões Parlamentares de Inquérito*, ontem, na biblioteca do tribunal, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou a importância da obra no processo de consolidação das relações entre os Poderes da República. A seu ver, o Congresso tem nas CPIs um dos mais importantes instrumentos para dar respostas à sociedade, que exige da Casa o acompanhamento dos atos da administração pública federal e de seus membros.

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, classificou o livro como uma contribuição do tribunal a um diálogo permanente entre Supremo, sociedade e Congresso Nacional.

Também participaram do lançamento do livro o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato. A obra está disponível para consulta pública e gratuita no endereço: www.stf.gov.br/jurisprudencia/cpi/cpi.pdf.

Senado define nomes da Comissão Representativa

O Senado aprovou ontem os nomes dos integrantes da Comissão Representativa do Congresso Nacional, que se responsabilizará pelas atividades do Congresso durante o próximo recesso. Confira os senadores que integram o colegiado:

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Titulares

Demostenes Torres (PFL-GO)
Edison Lobão (PFL-MA)
Lúcia Vânia (PSDB-GO)

Suplentes

Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Alvaro Dias (PSDB-PR)
Arthur Virgílio (PSDB-AM)

PMDB

Titulares

Renan Calheiros (AL)
Ney Suassuna (PB)

Suplentes

Maguito Vilela (GO)
Luiz Otávio (PA)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB/PRB)

Titulares

Paulo Paim (PT-RS)
Roberto Saturnino (PT-RJ)

Suplentes

Ideli Salvatti (PT-SC)
Serys Slhessarenko (PT-MT)

Bloco PDT/PTB/PSOL/PCdoB

Titular

Heloísa Helena (PSOL-AL)

Suplente

Cristovam Buarque (PDT-DF)